



178

Tribunal de Justiça de Pernambuco
6ª. Câmara Cível
Gabinete do Des. José Carlos Patriota Malta

APELAÇÃO CÍVEL Nº 0205617-9
APELANTE: HSBC BANK BRASIL S/A
APELADO: CARLOS EDUARDO DOS SANTOS
ORGÃO JULGADOR: 6ª CÂMARA CÍVEL
RELATOR: DES. JOSÉ CARLOS PATRIOTA MALTA

550x

EMENTA - CIVIL E PROCESSUAL CIVIL. RECURSO DE APELAÇÃO. AÇÃO DE BUSCA E APREENSÃO DE VEÍCULO AUTOMOTOR. AUSÊNCIA DE CONSTITUIÇÃO FORMAL DO DEVEDOR EM MORA. INDEFERIMENTO DA EXORDIAL. CARÊNCIA DE PRESSUPOSTOS DE CONSTITUIÇÃO E DESENVOLVIMENTO VÁLIDO DO FEITO. INTELIGÊNCIA DOS ARTIGOS 2º, § 2º DO DECRETO LEI Nº 911/69. RECURSO DE APELAÇÃO A QUE SE NEGA PROVIMENTO, MANTIDA A SENTENÇA ATACADA EM TODOS OS SEUS TERMOS, POR SEUS PRÓPRIOS FUNDAMENTOS. DECISÃO UNÂNIME.

ACÓRDÃO: Vistos, relatados e discutidos estes autos do Recurso de Apelação nº 0205617-9, em que figuram como Apelante, HSBC BANK BRASIL S/A, e como Apelado, CARLOS EDUARDO DOS SANTOS, os Desembargadores do Egrégio Tribunal de Justiça de Pernambuco que compõem a 6ª. Câmara Cível, acordam o seguinte: "À UNANIMIDADE, NEGOU-SE PROVIMENTO À APELAÇÃO NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR", tudo de acordo com o relatório, o voto, e o termo de julgamento que ficam fazendo parte integrante deste julgado.

Recife, 25 de janeiro de 2010.

Des. José Carlos Patriota Malta

Relator



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete do Des. Patriota Malta
SEXTA CÂMARA CÍVEL

APELAÇÃO CÍVEL Nº 0205617-9
COMARCA: RECIFE – 31ª VARA CÍVEL
APELANTE: HSBC BANK BRASIL S/A
APELADO: CARLOS EDUARDO DOS SANTOS
RELATOR: DES. JOSÉ CARLOS PATRIOTA MALTA

RELATÓRIO

Adoto o relatório da sentença de fls. 30/30v.

Acrescentando que o Douto Juiz *a quo*, em Ação de Busca em Apreensão, proposta pelo apelante em face do apelado, indeferiu a petição exordial e julgou extinto o processo sem resolução do mérito com fulcro no art. 284, parágrafo único do C.P.C à minguada de atendimento de determinação para emenda da peça exordial, em virtude da não constituição em mora do apelado.

Irresignado o autor ofereceu apelação, às fls. 34/45, pleiteando o provimento do recurso para a reforma da sentença em sua integralidade, com o consequente retorno dos autos ao Juízo de Origem para o seu regular processamento.

Sem contra-razões.

É o Relatório.

Deixo de remeter os autos à consideração do Douto Revisor, por força do enunciado no parágrafo único do artigo 76, do RITJPE.

Inclua-se em pauta.

Recife, 07 de janeiro de 2010.


Des. José Carlos Patriota Malta
Relator



Processo nº 001.2009.130451-3

180

SENTENÇA

Vistos...

(563/2009)

1. O HSBC BANK BRASIL S/A - BANCO MÚLTIPLO, qualificado na fl.02, através de advogado legalmente habilitado, moveu, com base no Dec. lei 911/69, a presente **AÇÃO DE BUSCA E APREENSÃO** em face de **CARLOS EDUARDO DOS SANTOS**, identificada nos autos, objetivando, como o próprio nome indica, a busca e apreensão do **bem descrito na preambular**, acostando, para tanto, diversos documentos, merecendo destaque o contrato e uma notificação extrajudicial que não foi recebida pelo réu.

Como a parte autora apontou na inicial o endereço certo do réu, foi determinado que o acionante explicasse o motivo pelo qual a notificação se deu por edital. O autor, por sua vez, disse que referida notificação se deu por edital porque o demandado não foi encontrado, haja vista a residência encontrar-se fechada no momento da diligência.

Relatei.

2. Passo aos fundamentos.

O feito comporta julgamento no estado em que se encontra, conquanto se enquadra numa das hipóteses elencadas no art.329 do CPC vigente.

Senão vejamos.

Curiosamente, a parte autora indica na inicial que o réu tem endereço certo e conhecido. Apesar disso, acosta uma notificação extrajudicial dando conta de que dito réu foi cientificado por edital. Ora, como poderia o acionado ser notificado por edital, se tem endereço certo e conhecido?

A oportunidade para o autor explicar foi dada, entretanto, não trouxe motivo que justificasse tal postura. Ao contrário, trouxe uma justificativa que não coincide com a justificativa contida no documento de fl.14v.

Note-se que a questão não gira em torno da possibilidade de se notificar editaliciamente o réu, mas de se ingressar com uma ação instruindo a inicial com uma notificação por edital quando o réu tem endereço conhecido, tal como afirma o próprio acionante na peça de ingresso.

Nos termos do art.284 do CPC, verificando o juiz que a petição introdutória apresenta defeitos e irregularidades capazes de dificultar o julgamento de



121

Tribunal de Justiça de Pernambuco
6ª. Câmara Cível
Gabinete do Des. José Carlos Patriota Malta

APELAÇÃO CÍVEL Nº 0205617-9
APELANTE: HSBC BANK BRASIL S/A
APELADO: CARLOS EDUARDO DOS SANTOS
ORGÃO JULGADOR: 6ª CÂMARA CÍVEL
RELATOR: DES. JOSÉ CARLOS PATRIOTA MALTA

VOTO

- Trata-se de apelo interposto contra a sentença que extinguiu a Ação de Busca e Apreensão em face do desatendimento de determinação para emenda da peça inicial, que apresentava defeitos e irregularidades capazes de dificultar o julgamento, conforme previsto no art. 284, parágrafo único, do Código de Ritos, ou seja, em razão da irregular notificação do devedor fiduciante, aqui Apelado;
- Do cotejo dos autos, verifica-se que o Douto provimento extintivo do feito está a merecer preservação, diante da não configuração, a contento, da mora atribuída ao recorrido;
- Primeiramente, cumpre ressaltar que, muito embora a mora referente ao inadimplemento das obrigações contratuais garantidas mediante alienação fiduciária, decorra do simples vencimento do prazo para o pagamento, constituindo-se, assim, de forma *ex re*, a busca e apreensão do bem alienado só é possível mediante a sua comprovação;
- É o que dispõe a Súmula nº 72 do Colendo STJ:

"A comprovação da mora é imprescindível à busca e apreensão do bem alienado fiduciariamente."

- Segundo o disposto no Decreto-lei 911, de 01.10.69, art. 2º § 2º, a mora poderá ser comprovada por carta registrada expedida por intermédio de Cartório de Títulos e Documentos ou, então, pelo protesto do título, ficando a escolha do meio comprobatório a critério do credor;

- Verifico que a notificação extrajudicial de fls. 14 e 14 verso foi efetivada por intermédio do serviço notarial e registral de títulos e documentos do 1º Ofício da cidade de Paulista/PE, utilizada para fins de comprovação da mora do devedor fiduciário, restando certificado, pelo Escrevente autorizado, de modo pré-impresso, que "...quando da diligência levada a efeito por esta Serventia, foi certificado que o endereço constante na presente carta é insuficiente para sua localização (falta o nº), encontrando-se, desta forma, em local incerto e não sabido...", procedeu com a notificação do mesmo, nos termos do edital publicado em 14/01/2009, de acordo com o provimento nº 04/2002, da Corregedoria do TJPE;
- Entretanto, o Autor/Apelante não comprovou de forma inequívoca a tentativa de realização da notificação pessoal, perdendo higidez a via editalícia, que é, por sua natureza, sempre secundária, não o principal meio de cientificação. Não é outro o entendimento do Superior Tribunal de Justiça:

PROCESSO CIVIL - MEDIDA CAUTELAR - INDEFERIMENTO - AGRAVO REGIMENTAL - AÇÃO DE BUSCA E APREENSÃO - ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA - CONSTITUIÇÃO EM MORA - CITAÇÃO POR EDITAL - SITUAÇÃO FÁTICA QUE NÃO JUSTIFICA ESSE MEIO - DESPROVIMENTO.1 - Não obstante ser possível a comprovação da mora por meio do protesto do título, efetivado por edital, in casu, observa-se que o credor não esgotou todos os meios necessários para se efetivar a citação pessoal do devedor, através de mandado, razão pela qual são afastados os pressupostos justificadores da notificação pela via editalícia.2 - Não logrando a parte agravante trazer argumentos hábeis a ensejar a modificação da decisão impugnada, fica ela mantida por seus fundamentos3 - Agravo regimental desprovido.(AgRg na MC 10556 / GO ; AGRAVO REGIMENTAL NA MEDIDA CAUTELAR 2005/0142191-4 Ministro JORGE SCARTEZZINI (1113) 12/12/2005)

- Face essa soma de circunstâncias meu voto é para **NEGAR PROVIMENTO À APELAÇÃO** mantendo-se a sentença atacada em todos os seus termos, por seus próprios fundamentos.

É COMO VOTO.

Recife, 19/01/2010
